

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CONSELHO SUPERIOR

**EDITAL Nº 12, DE 4 OUTUBRO DE 2011.**

O **PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso X, da Resolução nº 1, de 17 de maio de 2011, e considerando o disposto no art. 21 da Resolução n° 11, de 30 de dezembro de 2008, do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União - CSAGU, resolve:

1. Convocar os Procuradores da Fazenda Nacional interessados em compor a Comissão de Promoção a que se refere o Edital n° 10, de 3 de outubro de 2011, para que manifestem interesse na forma deste Edital.

1.1 a Comissão de Promoção será composta por no mínimo 5 (cinco) até o máximo de 7 (sete) membros.

2. Os interessados, atendidos os requisitos do item 4, deverão encaminhar ao endereço eletrônico [comissao.promocao@pgfn.gov.br](mailto:comissao.promocao@pgfn.gov.br), no período de 5 a 10 de outubro de 2011, requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União solicitando sua inscrição e cadastro.

3. O requerimento referido no item 2 deverá conter os seguintes dados:

3.1 nome do Procurador da Fazenda Nacional;

3.2 matrícula;

3.3 unidade de lotação e exercício; e

3.4 endereço eletrônico e telefone de contato.

4. Os Procuradores da Fazenda Nacional interessados deverão atender aos seguintes requisitos:

4.1 não integrar a primeira terça parte da lista de antiguidade da primeira e segunda categorias, nos termos do art. 10, parágrafo único da Resolução CSAGU no11, de 30 de dezembro de 2008;

4.2não serocupante de cargo em comissão; e

4.3renunciar expressamente ao recebimento de diárias durante todo o período de processamento da promoção para os candidatos não lotados em Brasília/DF.

5.O Presidente da Comissão de Promoção será indicado pelo Presidente do CSAGU a partir de indicação do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, devendo ter integrado, ao menos, uma Comissão de Promoção.

5.1 comporão a Comissão de Promoção 1 (um) Procurador da Fazenda Nacional em exercício nas unidades de cada Procuradoria-Regional e outro em exercício no órgão central da PGFN.

5.2 será selecionado o candidato mais antigo de cada região e do órgão central, utilizando-se como critério o tempo de exercício, em dias, no cargo de Procurador da Fazenda Nacional e, para o caso de empate, a classificação no concurso de ingresso.

5.3 ao Presidente da Comissão de Promoção não se aplica a limitação prevista no item 4.2.

6. Não havendo interessados em número suficiente que atendam os requisitos previstos no item 4, caberá ao Presidente do Conselho Superior da AGU, a partir de indicação do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, a designação dos membros para a Comissão de Promoção.

7. Constituída a comissão de promoção**,** seus membros, incluindo-se o presidente, ficarão à disposição do CSAGU, em tempo integral, pelo prazo, interrupto ou não, de 45 (quarenta e cinco) dias.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**